



O PROCESSO DE ABOLIÇÃO NA IMPRENSA PERIODISTA ALAGOANA (1870-1888)

Fábio Francisco de Almeida Castilho³²⁴.
Pós-Doutor em História – FEA/USP

RESUMO: Esta comunicação apresenta os resultados parciais da pesquisa “O processo de abolição na imprensa periodista alagoana (1870-1888)”. Temos por objetivo perscrutar os principais periódicos alagoanos no período de crise da escravidão, abordando o papel da imprensa provincial e o seu posicionamento político diante da nova organização do mundo do trabalho. Analisamos jornais de diferentes facções políticas; conservadores, liberais e republicanos; que apresentaram diferentes posturas frente às transformações no mundo do trabalho. Desta forma, observamos como a elite proprietária oscilou entre os diferentes projetos para solucionar a crise da mão de obra em Alagoas. Com esse método duas principais características merecem destaque: primeiramente os diferentes posicionamentos da elite local diante da grave questão. Em segundo lugar identificamos como era representado o escravo nesses mesmos periódicos, em especial quando eram noticiadas suas fugas e crimes cometidos.

Palavras-chave: Escravidão; Periódicos; Alagoas

RESUMEN: Este trabajo presenta los resultados parciales del estudio "El proceso de abolición en Alagoas prensa periodista (1870-1888)." Nuestro objetivo es examinar las principales revistas Alagoas en tiempos de la esclavitud de crisis, abordando el papel de la prensa provincial y su posicionamiento político sobre la nueva organización del mercado de trabajo. Periódicos analizados de diferentes facciones políticas; conservadores, liberales y republicanos; que mostró diferentes posturas frente a los cambios en el mundo laboral. De este modo, se observa como la élite propietario vacilaba entre diferentes proyectos para resolver la crisis laboral en Alagoas. Con este método dos características principales destacan: primero las

³²⁴ Bolsista de Produtividade PRPI-IFAL. Agradecimento à aluna de Iniciação Científica Nathália Gomes de Lucena Sarmento.

diferentes posiciones de la élite local sobre el tema en serio. En segundo lugar nos identificamos como el esclavo representado en los periódicos, sobre todo cuando las fugas fueron reportados y sus crímenes cometidos.

Palabras clave: La Esclavitud; Revistas; Alagoas

Introdução

A transição da mão de obra foi um dos temas mais presente na imprensa nacional do final do século XIX. Desde 1870 os periódicos de todo o país repercutiam questões referentes ao final do escravismo e as novas formas de trabalho que deveriam surgir nas lavouras. Com o iminente final do regime escravista um novo braço precisava ser arregimento para dar prosseguimento à produção nacional. Diante deste problema diversas propostas foram discutidas, passando da importação de trabalhadores estrangeiros, principalmente vindos da Europa, ao aproveitamento do trabalhador nacional, embora muitas vezes olhado com desconfiança devido aos discursos racistas, como o *darwinismo social*, em voga na época. A classe produtora precisava resolver este intrincado problema posicionando-se diante da imperiosa crise da mão de obra que se agravava no país com o final da escravidão.

De acordo com Silvia Lara (1988), falar em escravidão e falar por si só em um regime violento.³²⁵ Sem o direito a liberdade o escravo estava sujeito aos mandos de seus senhores, embora de algumas maneiras pudesse fazer sentir seu inconformismo perante tal situação. Exemplos mais claros de descontentamento eram as fugas e as violências cometidas contra os senhores, no entanto, outros atos dos cativos também poderiam demonstrar sua insatisfação.

Ao longo das últimas décadas uma extensa bibliografia se debruçou sobre o tema da escravidão no país. Tal bibliografia enfatizou a subjetividade da mão de obra escrava, estes trabalhos se preocuparam em desmistificar a imagem do escravo-

³²⁵ Embora a assertiva da autora pareça ser repetitiva, ela é magistralmente utilizada, pois estava no contexto de embate com outra corrente historiográfica, os “sociólogos da USP” e era utilizada para marcar diferença, assinalando que a simples afirmação de que a escravatura era um regime violento era redundante, mais importante seria aprofundar as complexas questões envolvidas nas relações entre senhores e escravos no regime escravista, portanto, não se tratava de “reabilitar a escravidão”. Ver ainda: LARA, 1992 e GORENDER, 1992.

coisa, visto como simples mercadoria e teve como resultado a construção de uma nova perspectiva das relações entre senhor e escravo, num contexto de constantes negociações no qual o cativo também aparece na condição de sujeito histórico e possuidor de espaços de autonomia (Cf. FREYRE, 2001; FERNANDES, 1981; MATTOSO, 1990; GORENDER, 1992; LARA, 1988; FLORENTINO, 1997; MATTOS, 1998; CHALHOUB, 1990; FARIA, 1998 e REIS, 2003). Dentro dessa temática nosso escopo será analisar o discurso da elite sobre a transição da mão de obra e sendo assim, as representações do cativo nos periódicos. Este prisma ressalta a opinião dos editores dos periódicos do século XIX e sua visão sobre a mão de obra que trabalhava as lavouras. Trata-se de uma opção metodológica, de voltar-se primordialmente para as fontes primárias dando voz aos protagonistas do acontecimento histórico analisado.

Em uma análise preliminar da nossa principal fonte, os periódicos da província de Alagoas, percebemos que os escravos apenas aparecem como sujeitos de seus atos de duas maneiras: quando fugiam e eram procurados por seus senhores ou quando praticavam crimes.³²⁶ Ou seja, a elite que editava os periódicos apenas reconhecia humanidade nos cativos quando esse se portava como revoltoso.

Nos periódicos analisados, que, evidentemente, apresentam a visão senhorial, podemos perceber como estes qualificavam seus cativos. O escravo era representado apenas de duas maneiras: ora como inimigo, ora como “bom escravo”. Na primeira opção percebemos o quão agressivo era o regime, pois quando procurado o escravo foragido seria reconhecido graças as suas cicatrizes decorrentes de violências sofridas ao longo dos anos. Eram constantes os anúncios de “peocura-se” em todas as folhas analisadas. Um exemplo é a edição do dia 02 de janeiro de 1887 do *Jornal do Pilar* a seguinte notícia de “procura-se”:

Desapareceu, ao amanhecer do dia 20 de Janeiro na propriedade do engenho FLOR DA MURTA, (província da Bahia) um escravo de nome Justino, idade 35 anos mais ou menos, crioulo, que alguns chamam de cabra, cabelo ruim, altura e cumprimentos regulares, pouca barba e esta ao redor da boca; tem as juntas dos joelhos para dentro, pés para fora e também regulares e sofre falta de dentes. -Quem o pegar e trazer ao seu Sr. no referido engenho tem de gratificação duzentos mil reis, e cem mil reis quem o recolher à qualquer cadeia com segurança, avisando de pompto

³²⁶ No mais das vezes os escravos não apareciam como atores, mas apenas como objeto de estudo no discurso da elite, que buscava soluções para a crise da mão de obra, sem jamais se preocupar com a posição ou o papel dos cativos nesta questão.

aqui ou na bahia aos Sns. LOPES & SOBRINHOS, e no Traipú ao Doutor José Jacinto de Souza. (Engenho FLOR-DA-MURTA. 13 de Fevereiro de 1873.; Joaquim Manoel Leal Amor.; 2ª edição)

A segunda maneira por meio da qual o escravo aparecia nos jornais de Alagoas era mais incômoda para a elite, pois neste caso a mesma era francamente ameaçada e seus membros eram as vítimas da “bestialidade” e da “brutalidade” dos negros “selvagens” que cometiam crimes e assassinatos contra seus senhores e membros de suas famílias. No exemplo a seguir é relatado um caso ocorrido no Rio de Janeiro, mas a notícia servia de ponto de partida para que fossem feitas considerações sobre o problema da transição da mão de obra cativa em Alagoas e em todo o Brasil de maneira geral:

No dia 25 do passado no Monte Verde, em S. Fidelis, um escravo do fazendeiro Thomaz Joaquim da Silva Faria, sendo repreendido pelos seus feitos, matou a foçadas uma filha de 13 anos de idade, indo logo entregar-se ao sub-delegado em S. João do Paraíso.(O Orbe, 28 de agosto de 1881, p.2)

Os crimes envolvendo escravos multiplicavam-se por todo país e davam a dimensão da crise do escravismo, pois diante das transformações no mundo do trabalho o que seria feito da mão de obra nacional, especialmente daqueles envolvidos na pratica de crimes bárbaros?

Pelo Juizo municipal deste termo se faz publico, que se achão (sic) devidamente pronunciados os réos José Nunes, Manoel ventura do nascimento e Jorge, escravos de D. Maria de Carvalho Guimarães: o primeiro como incurso nas penas do art 193 do cod. crim, pelas facadas que dêra em Pantaleão Marques da Costa, em dias do mes de Junho do ano passado nas proximidades da povoação de igreja nova; o segundo pronunciado como incurso no art. 191 do mesmo cod. crim. pelas diversas pancadas, com um cacete, que dêra na cabeça de Anna Joaquina, em dias do mes de Julho do corrente ano, no lugar sitio Olhos d'Agua da Abobora; e o terceiro finalmente, como incurso no art. 193 do cod. crim. pelas diversas facadas que dêra em Antonio Jose de Sant'Anna, nbo dia 11 de fevereiro deste ano e na Barra da Laranjeira, distrito de Piassabussú tudo de-le termo. E porque os referidos réos pronunciados se tenham (sic) evadido para lugar nao sabido, o mesmo Juizo, na forma da lei em vigor, requisita, as competentes autoridades, a captura dos referidos réos, em qualquer parte que por ventura forem encontrados; porque prestarão grande serviço a causa da justiça publica. Penedo 20 de Outubro de 1875- Eu Manoel Antonio Barros Lyra- escrivão do jury o escrevy.- Aureliano A. Ribeiro e Silva. (Jornal de Penedo).

A constante reprodução de crimes e assassinatos cometidos por escravos tinha por objetivo amedrontar a elite proprietária e exigir desta um posicionamento diante da transição da mão de obra no país.

Diante da crise do escravismo, observada no grande número de fugas e nos crimes bárbaros envolvendo cativos e senhores por todo o país, diferentes posições surgiram. Uns defendiam o fim do escravismo, regime bárbaro que condenava o escravo a uma vida desregrada e que o levava a se revoltar e cometer crimes. Outra posição defendia maior rigidez das leis para combater os cativos que enveredavam por uma vida de crimes. Cada grupo, com suas diferentes soluções, compuseram o debate que se formou em torno da transição da mão de obra em Alagoas e no Brasil.

Os periódicos alagoanos no final do XIX

Para maior compreensão do processo de abolição da escravatura no estado de Alagoas destacamos os seguintes periódicos: *O Liberal* (1869-1884), *Jornal do Penedo* (1875-1881), *Jornal do Pilar* (1874-1879) e *O Orbe* (1879-1900). Seleccionamos estes periódicos para a presente pesquisa porque eles circularam por um período mais extenso, condição fundamental para identificarmos o discurso da elite, melhor conhecer o posicionamento de seus editores e perceber as possíveis alterações no discurso do periódico à medida que a crise da mão de obra se agravava no país. Os mesmos estão disponíveis para consulta no portal da Hemeroteca Digital Brasileira (<http://hemerotecadigital.bn.br/>) disponibilizado pela Fundação Biblioteca Nacional.

Em um levantamento inicial no portal da Hemeroteca Digital Brasileira encontramos para a província de Alagoas mais de uma centena de folhas e periódicos que estão disponibilizadas para pesquisa, tanto folhas que foram redigidas em Maceió como no interior da província. Como o portal disponibiliza diferentes maneiras de busca estes jornais foram lidos e fichados respeitando-se a seguinte ordem: a-) Identificação do grupo responsável pela produção do periódico; b-) Vertente política e opinião quanto as questões referentes a transição da mão de obra; c-) Visão que possuía acerca do trabalhador nacional.

Por esta senda, para empreender esta pesquisa nos preocupamos metodologicamente em responder três questões quanto aos editores dos jornais e seu discurso. Primeiramente desvendar qual era o discurso de cada periódico, isto é, a facção política envolvida na produção da folha. Em segundo lugar identificar quem

fazia o discurso, ou seja, quem eram os proprietários e editores dos jornais e com quem eles se relacionavam. Por último, identificar como era o discurso de cada periódico e analisar a argumentação utilizada por cada folha para persuadir o maior número de proprietário da província a implementarem a transição da mão de obra de acordo com o seu discurso. Desta forma, por meio da demonstração que os proprietários de terras e escravos estavam diretamente envolvidos na produção e edição destes jornais, buscamos compreender o discurso quanto à solução do problema da mão de obra.

Uma série de cuidados específicos devem ser tomados quando se utiliza a imprensa periodista como fonte histórica. Tivemos como base à pressuposição que o jornalismo, através da seleção e divulgação de todo o material redacional, não só espelha a realidade como também constrói a realidade social. Desta forma, estamos convencidos de que a mídia não espelha simplesmente a realidade, mas constitui versões da realidade que dependem de posições sociais, interesses e objetivos daqueles que a produzem. Isso se caracteriza por meio de escolhas que são feitas nos vários níveis no processo de produção dos textos, desde as escolhas lexicais até os vários tipos de discurso que se inter-relacionam na construção do sentido (PALHA, 2000). Desta forma, o jornalismo não tem a função apenas de comunicar a outrem o conhecimento da realidade, mas também a produz e reproduz. A representação, na imprensa e em todos os outros tipos de mídia e discurso, é uma prática construtiva. Os acontecimentos e as ideias não são comunicados de maneira neutra, ao contrário, são transmitidos com suas próprias características e essas características são impregnadas de valores sociais que dão uma perspectiva potencial para os acontecimentos (MELO, 2003).

A seleção significa, portanto, a *ótica* através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição privilegiando certos assuntos, destacando determinadas passagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos (PALHA, 2000). Pois, como salienta Pierre Nora, a mídia tem a capacidade de alterar a percepção do receptor podendo até mesmo modificar o fato em questão, além de interferir na sua percepção e na sua construção, difundindo versões e consolidando as mais diversas interpretações (NORA, 1995).

Aliado a leitura dos jornais também investigaremos a trajetória política de seus

principais editores e proprietários de periódicos, pois os mesmos tiveram participação política de destaque no contexto, seja através da divulgação de ideias em periódicos de sua propriedade, ou desempenhando funções administrativas no governo, como deputados, senadores ou até mesmo presidentes de província.

Fundamental ao entendimento desse processo é a identificação de grupos que se pode observar a partir da elite reunida em torno dos periódicos locais. Segundo Alex Lombello Amaral, ao final da Monarquia, os partidos políticos não eram organizações regulamentadas, não tinham estatutos escritos, suas direções não eram eleitas e tampouco seus programas aprovados em congresso, não possuíam fichas de filiação ou sedes. Na prática, ficavam sujeitos aos chefes políticos locais e às figuras de destaque estadual. Por esta senda, eram os periódicos que exerciam papel de estrutura sólida dos partidos, pois era na imprensa periódica que as políticas dos partidos eram colocadas “preto no branco”. Essas folhas tinham nomes próprios e sedes, as tipografias, ou redações e exerciam de fato a direção, pois era a voz dos partidos, reconhecida por amigos e inimigos. Portanto, os periódicos davam vida aos partidos-corrente-de-opinião no período em tela (AMARAL, 2008).

O estudo dos componentes de cada grupo, suas origens e identificação como membros da elite, participação ou ingerência em órgãos específicos da imprensa e sua atuação em instâncias diversas do Estado e da sociedade civil, permite perceber quem eram e a que representavam, verificando seus laços e compromissos com os objetivos e as propostas apresentados pelo governo central, a fim de delinear ou reconhecer suas diretrizes, ações, preocupações, e prioridades. Esse levantamento da elite alagoana na passagem do XIX para o XX foi tema de outros três projetos de Iniciação Científica propostos ao PIBIC entre 2014/15 e comporão um mapa mais amplo dessa elite e seu posicionamento em diversos processos observados no período, como o republicanismo, a urbanização, a inserção do capitalismo e a modernização do estado na passagem do século XIX para o XX.

A transição da mão de obra na imprensa alagoana

Ao centrar a pesquisa na imprensa local compomos um panorama da transição da mão de obra na ótica dos proprietários, salientando as diferentes visões políticas e, conseqüentemente, diferentes soluções para a crise. No levantamento realizado até

aqui encontramos nos periódicos analisados o discurso da elite provincial e percebemos suas estratégias para realizar a transição da mão de obra com o menor abalo político, econômico e social possível. Esta opção nos conduziu a duas questões: primeiramente foi possível conhecer o posicionamento político da elite proprietária diante do tema da transição da mão de obra, perceber a força de seu discurso e seus instrumentos de argumentação e convencimento. Em segundo lugar podemos averiguar como se deu na província diversos processos, como o avanço abolicionista e os preconceitos quanto à condição dos indivíduos, demonstrando o ajustamento social do período, em especial em artigos que descrevem a condição do elemento servil naquela sociedade.

Desta forma foi possível discutir as diferentes soluções aventadas pela elite política e econômica de Alagoas sobre a forma como impetrar a transição da mão de obra em suas propriedades no contexto de mudança da mão de obra escrava para livre.

As relações que se estabeleceram a partir da Lei Áurea, sem sombra de dúvidas, foram diferentes daquelas existentes no período escravista, transformações significativas ocorreram no modo de vida de parcela considerável da população brasileira, tanto na base social, composta pelo grande número de trabalhadores, como no topo da mesma, forçando os proprietários a se adaptarem as novas condições de trabalho e organização social. Com efeito, a elite da província de Alagoas precisou adaptar o seu discurso, regenerando o trabalhador nacional e recuperando-o do estigma da indolência, da barbárie e da vadiagem.

Outro aspecto a ser destacado é que os editores dos periódicos alagoanos lançavam mão do paradigma paulista ou fluminense, quando estes caminhavam ao lado dos seus interesses, e ora manejavam o medo de uma revolução social e da emersão de uma “onda negra”, pressagiando uma grave crise econômica que adviria com o fim do trabalho escravo e conseqüente abandono das plantações. Para, num outro momento, últimos anos de efetivo escravismo no Brasil, elogiar a experimentada mão de obra nacional e valorizá-la como opção mais acertada.

Diante da crise da mão de obra a elite proprietária se viu diante da urgente necessidade de encontrar novos trabalhadores que realizassem o trabalho na lavoura. Entre amedrontada e ansiosa com o porvir, a elite imaginou um trabalhador

perfeito: branco, civilizado e audacioso, que vindo da Europa, colocaria fim a modorra e a rotina nas fazendas da região e do país. No entanto, tal utopia não se concretizou e a mesma elite se viu obrigada a adotar a mão de obra ex-cativa, justamente aqueles que, de acordo com o discurso da época, iriam espalhar-se em maltas de vadios e difundir pânico e confusão pela sociedade. Esses delinquentes eram os únicos disponíveis para levar adiante o trabalho da lavoura e a elite precisou convencê-los, e também convencer a si mesma, das vantagens na utilização desta mão de obra.

Para tanto, iniciou-se uma profunda campanha a favor do braço nacional nos periódicos, o mesmo elemento passou a ser coberto de predicados e nobilitado, enfatizando a ideia de que o nacional, até então, sempre fora mal visto e mal aproveitado no país, vítima de graves injustiças e de preconceitos, tornando-se merecedor de uma oportunidade para demonstrar o seu valor. O nacional ressurgiu no discurso da elite como elemento probo, trabalhador, incansável e honesto. Surgia daí as sementes de uma construção de identidade nacional para o povo brasileiro que é constantemente reconstruída até os dias de hoje.

A representação de escravos no *Jornal de Penedo*

O *Jornal de Penedo* circulou de 1875 a 1913, editado por Manoel Batalha o periódico cobre um momento importante da história do país, passando pelo processo de abolição e o republicanismo. No período em tela a folha repercutia no interior de Alagoas as notícias que aconteciam na província, mas principalmente informava o que se passava na capital do Império, o Rio de Janeiro. Dessa forma, o editor refletia sobre o que acontecia no país e na sua capital e tentava transmitir os acontecimentos que considerava mais importante e repassá-los com algumas especificidades para o caso alagoano.

Geralmente cada edição era publicada com 4 folhas e 3 colunas, era propriedade de uma associação, sendo publicado uma vez por semana e sua assinatura se dava semestralmente. Embora o período de existência do periódico cubra um período bastante relevante poucos números estão disponíveis no portal de periódicos consultado, além disso não existem dados sobre o grupo responsável pela produção do jornal, as informações sobre os editores e colaboradores são escassas,

desconhecemos ou não encontramos dados sobre essas pessoas, embora tenha circulado por muito tempo poucos números do jornal estão disponíveis para consulta. Tal condição impossibilita uma análise mais detida do grupo responsável pela editoração do periódico e até mesmo conhecer sua linha editorial, uma vez que existe grande espaçamento entre uma edição disponível para consulta e outra. Por essa razão optamos em analisarmos a representação dos escravos nesse periódico, por ser revelador da visão que os editores possuíam dos escravos e de como os cativos eram vistos pela sociedade.

Fugiu no dia 31 de Janeiro, o escravo de nome Maximo, mulato, altura regular, barba serrada e preta (pode ter cortado a barba, olhos pretos, cabelos crespos, dentadura perfeita, tem em uma das costelas a qual não me recordo uma cicatriz, sendo dito o escravo propriedade do abaixo assinado. Quem o pegar dirija-se ao sitio Turrões, á ser entregue a seu senhor, e o terá do mesmo a gratificação de cem mil réis. (Jornal do Penedo, 8 de Fevereiro de 1875; João Caetano dos Santos; 8ª edição)

José Maria Gonçalves Perreira, precisa comprar escravos para serviço assim como para uma encomenda, e sendo boas peças paga-os por bom preço. (Jornal do Penedo, 13 de agosto de 1875. Edição 00032, pág. 4)

Analisando estas notas e muitas outras encontradas nos periódicos perscrutados podemos observar que os escravos eram tratados de forma brutal, sem o mínimo de respeito e para sua identificação eram dadas características que, geralmente, seriam usadas para referirem-se a algum animal e mesmos eram reconhecidos pelas suas cicatrizes.

Nos periódicos analisados os escravos passam a adquirir o status de agente ativo da sua própria história apenas na década de 1880 com o agravamento da crise da mão de obra, quando passou a majorar nas páginas dos periódicos notícias de crimes violentos cometidos por escravos.

Assassinato - no dia 17 do corrente, Sebastião escravo do Sr. Rafael Calado, italiano residente nesta cidade, assassinou ao infeliz quiquagenario Francisco das Chagas, no povoado denominado Feliz dezerto, freguezia de Piassabussú, deste Termo. O assassinado era um excellente homem, e morava naquele povoado, onde aparecer o escravo assanino que se tinha evadido da companhia do seu senhor. O infeliz Chagas tentou captura-lo; mas ele, armado de um pau, descarregou-lhe uma borduada tal que instataneamente roubou-lhe a existência. No dia 18 a noite constou ao Dr. Juiz Munincipal que o referido escravo se tinha recolhido a casa de deu senhor nesta Cidade. pelo que mandou o mesmo Dr. cerca-lhe a casa, e no dia 19, dando-se busca, nao foi encontrado o dito escravo. (Jornal do Penedo, 23 de Maio de 1876, pág. 1 ,Edição 00011)

A descrição minuciosa do assassinato tem por objetivo amedrontar a população e

chamar a atenção da mesma para a situação crítica em que se encontrava o regime escravista, conjuntura que exigia uma solução imediata. Diante desta constatação, diferentes posições surgiram. Uns defendiam o fim do escravismo, regime bárbaro que condenava o escravo a uma vida desregrada e que o levava a se revoltar e cometer tais crimes. Outra posição defendia maior rigidez das leis para combater esses assassinos. Cada grupo, com suas diferentes soluções, compuseram o debate que se formou em torno da transição da mão-de-obra.

Encontramos nos periódicos de Alagoas duas correntes mais fortes: a emancipacionista, defendida por liberais e conservadores proprietários de terras e escravos. E a visão dos abolicionistas republicanos, que eram contrários ao regime servil e se valeram tanto de argumentos humanitários como de ideias racistas para justificar o fim do regime. A proposta imigrantista invariavelmente aparece em ambos os lados, ora como salvação diante da vadiagem dos libertos, ora como risco para a unidade nacional e, principalmente, medida por demais onerosa aos cofres públicos.

Neste momento de ruptura e reorganização social, o trabalho passou a ser dignificado e o nacional que o realizava foi valorizado na sua condição de trabalhador experimentado e acostumado com a lavoura. O discurso referente ao trabalho teve de ser mudado para adaptar-se ao modelo capitalista que se expandia por todo o país, neste processo a desacreditada mão-de-obra nacional foi transformada em eficiente braço trabalhador.

Por esta senda, os proprietários deveriam agir com sapiência, empregando alguns trabalhadores nacionais. Estes primeiros contratados funcionariam como exemplo para “essa pobre raça, concorrendo ao mesmo tempo para a elevação do nível moral desses deserdados da sorte, que se acham separados da civilização e do progresso pela noite tenebrosa da ignorância” (Jornal de Penedo).

Além de demonstrar um olhar extremamente preconceituoso, o trecho citado revela a visão que os proprietários possuíam dos nacionais, enxergavam-nos como uma massa ignorante e flexível, fácil de ser manipulada e útil apenas para o trabalho pesado das lavouras.

Outras duas importantes questões que preocupavam a elite e os editores dos periódicos alagoanos era a necessidade de educar a população, a fim de formar

cidadãos mais regrados, e de realizar uma reforma criminal para impedir a ociosidade e punir os vadios, vagabundos e turbulentos.

Para combater tais males cabia ao poder público e a iniciativa particular realizar a recuperação do braço recém liberto e transformá-lo em cidadão através da educação e de punições quando esta se fizesse necessária:

A partir de 21 de junho de 1888 o periódico fez um balanço da Abolição e suas características, nestes comentários ficou evidente o medo de ainda acontecerem perturbações da ordem, principalmente devido à falta de ação do Estado em apressar a organização do trabalho com leis mais específicas que o regulassem e a necessidade de implementar uma reforma criminal.

Os editores também exigiam do poder público a criação de bancos agrícolas, favorecimentos à imigração, e aconselhava aos grandes proprietários o retalhamento de suas terras “aos colonos estrangeiros e principalmente ao nacional”. Inaugurando a era da regeneração na província. Neste balanço esperava que pelo uso útil da Liberdade, os recém libertos se mostrassem dignos da condição de cidadãos e lembrava que a liberdade impunha deveres.

Nos extensos artigos publicados quase semanalmente nas primeiras páginas do periódico os editores conferiam aos escravos a condição de pacientes e pacíficos, no entanto, ao analisarmos os pequenos artigos publicados esporadicamente e localizados em lugares sem nenhum destaque nas últimas páginas do periódico, podemos perceber que os cativos não eram tão pacientes assim, e desempenhavam, na medida do possível, seu papel de agente histórico.

Desta forma, os editores do periódico buscavam acalmavam a população e não apostavam na emersão de uma onda negra, como tais crimes sugeriram para outras facções, ao contrário, buscavam disseminar a ideia de harmonia e breve encaminhamento das questões para uma solução satisfatória e pacífica. Para os editores do periódico o “monstruoso crime” ocorrido no interior paulista era reflexo da condição do trabalho no país, que exigia pronta solução. Crimes de tais montas eram utilizados, magistralmente, para corroborar com a argumentação e ideologia da folha, sempre favoráveis a libertação.

A preocupação maior do jornal quanto aos crimes não era em relatar os fatos, mas, enfatizar o acontecido como ato bárbaro que havia sido cometido por um escravo, tomando assim um caráter escravista.

Conclusão

Nos periódicos analisados encontramos o discurso da elite e percebemos suas estratégias para realizar a transição da mão de obra com o menor abalo político, econômico e social possível. Ao mesmo tempo observamos as representações dos cativos nesses periódicos.

Essa análise contribuiu com nosso escopo ao longo do projeto pois demonstrou a complexidade das relações entre senhores e escravos e as muitas outras maneiras de relacionamento que advieram com a extinção da escravidão no mundo do trabalho.

A descrição de crimes e assassinatos cometidos por cativos convinha para amedrontar a elite e pressionar a mesma para encaminhar o fim do escravismo. Por outro lado, o crime contra escravos demonstra que esses eram as maiores vítimas do regime bárbaro, e por último, um universo de negociações nos é revelado com a leitura do ponto de vista dos cativos.

Referências

AMARAL, Alex Lombello. **Cascudos e Chimangos: Imprensa e Política em São João Del-Rei (1876-1884)**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF. 2008.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros – o tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985, especialmente pp. 66-118.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na sociedade de classes.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.** São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. In.: **LPH: Revista de História.** Vol.3, n. 1, 1992. pp. 245-266.

_____. Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. In.: **LPH: Revista de História.** Vol.3, n. 1, 1992. pp. 215-244.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos de violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, K. M. Q. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 3º Ed, 1990.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros no jornalismo brasileiro.* Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

NORA, Pierre. O retorno do fato. IN.: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). **História: Novos problemas.** Tradução: Theó Santiago. 4ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1995.

PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008.

PALHA, Cássia L. *Mídia e participação política: a pedagogia da desmobilização popular*. Niterói: dissertação de mestrado, 2000.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**. A história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHWARCZ, Lilian Moritz, **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SLENES, R. W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”, **Cadernos IFCH/UNICAMP**, n. 17, 1985.